



MUNICÍPIO DE TAMARANA

ESTADO DO PARANÁ

LEI Nº 1.041 DE 25 DE JUNHO DE 2014

SÚMULA: Desafeta de uso comum do povo e/ou especial o Lote 04 do Parque Industrial II, contendo 4.631,37 m², e autoriza o Município a doá-lo à empresa **A. C. da Mata - Cereais - Me**, com fundamento na Lei Municipal n.º 841 de 05 de dezembro de 2011, que dispõe sobre a Política de Desenvolvimento Industrial do Município de Tamarana e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE TAMARANA, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO DO MUNICÍPIO, SANCIONO A SEGUINTE LEI :

Art. 1º Fica desafetada de uso comum do povo e/ou especial o Lote 04 do Parque Industrial II, contendo 4.631,37 m².

Art. 2º Fica o Município autorizado a doar à empresa, **A. C. da Mata - Cereais - Me**, o imóvel descrito no artigo anterior desta Lei, mediante prévia avaliação.

Art. 3º Na área descrita no artigo 1º desta Lei, a DONATÁRIA implantará uma empresa, com atividade principal de compra, venda, beneficiamento e acondicionamento de cereais de produtos alimentícios e como atividades secundárias fabricação e comércio de artigos do vestuários e roupas íntimas, prestação de serviços de costura em geral, fabricação e comércio de lajes, tubos, artefatos de cimento e pavimentação, comércio de materiais de construção e ferragens, materiais elétricos, materiais para pintura, madeiras, serviços de pavimentação e transporte rodoviário de cargas.

Art. 4º área descrita no artigo 1º desta Lei já dispõe de um barracão de 600,00 m², um escritório com 80,00 m² e um refeitório com 100,00 m².

Art. 5º Do instrumento público de doação, deverão constar, entre outras, cláusulas especiais, estabelecendo que:

I - o imóvel ficará vinculado à atividade proposta e não poderá ser alienado a terceiros, sem autorização do Município de Tamarana, no prazo de 10 (dez) anos, contados da data da publicação desta lei;



MUNICÍPIO DE TAMARANA ESTADO DO PARANÁ

II - a donatária deverá cumprir todas as exigências da Lei Municipal n.º 841/2011, que dispõe sobre a Política de Desenvolvimento Industrial do Município de Tamarana;

III - a donatária deverá criar, 12 empregos diretos e 15 indiretos num prazo máximo de dois anos a contar da publicação desta Lei, contudo deverá cumprir o disposto no questionário de enquadramento apresentado pela empresa no processo de pedido.

IV- Perderá, ainda, os benefícios desta Lei a empresa que, antes de decorridos dez anos do início das atividades, deixar de cumprir três itens da relação abaixo:

a - paralisar, por mais de 120 dias ininterruptos, as atividades, sem motivo justificado e devidamente comprovado;

b - reduzir a oferta de empregos em dois terços dos empregados existentes, sem motivo justificado;

c - violar fraudulentamente as obrigações tributárias;

d - alterar o projeto original sem aprovação do Município.

V- Reverterá ao Município, sem direito à indenização pelas melhorias existentes, o imóvel que, pelo período de um ano após a implantação de projeto, tiver suas instalações ociosas.

Art. 6º A fiscalização para controle das condições estabelecidas na Lei n.º 841/2011, será realizada, periodicamente, pelo Diretoria Municipal de Desenvolvimento.

Art. 7º Constarão, obrigatoriamente, do contrato de alienação e concessão dos benefícios, cláusula de vinculação do imóvel à finalidade industrial, condições de pagamento, prazo para início e término da construção e funcionamento, além das outras exigências que, se não cumpridas, farão com que o imóvel reverta ao Município com ressarcimento dos valores gastos e com todos os estímulos e benefícios concedidos pelo Município, devidamente corrigidos.

Art. 8º A DONATÁRIA não será beneficiada com os incentivos tributários previstos no Artigo 2º da Lei Municipal n.º 841/2011.

Art. 9º. As despesas decorrentes da escrituração do imóvel a que alude esta Lei correrão às expensas da DONATÁRIA, incluído o Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos – ITCMD.

Art.10. A DONATÁRIA deverá, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data da publicação desta Lei, ou quando solicitado pelo Diretor de Desenvolvimento ou por qualquer do povo:



MUNICÍPIO DE TAMARANA

ESTADO DO PARANÁ

I – demonstrar quantos empregos está gerando.

Parágrafo único. O não cumprimento do disposto neste artigo implicará na revogação automática da doação.

Art.11. A efetivação da Presente doação fica condicionada ao Registro de Imóvel junto ao Cartório do 3º. Ofício.

Art.12. O Município de Tamarana autoriza a Donatária a gravar junto ao registro de imóveis hipoteca, bem como todos os títulos e contratos decorrentes do financiamento para construção da unidade industrial, desde que os sócios ofereçam garantia fidejussória ou entreguem, bens particulares para garantia da dívida.

Art.13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tamarana, 25 de junho de 2014.

PAULINO DE SOUZA
Prefeito

Autoria: Poder Executivo.